# Sobre o projeto de cotas para o ensino superior público.

## Apresentação preparada para a audiência pública a Comissão de Constituição e Justiça do Senado

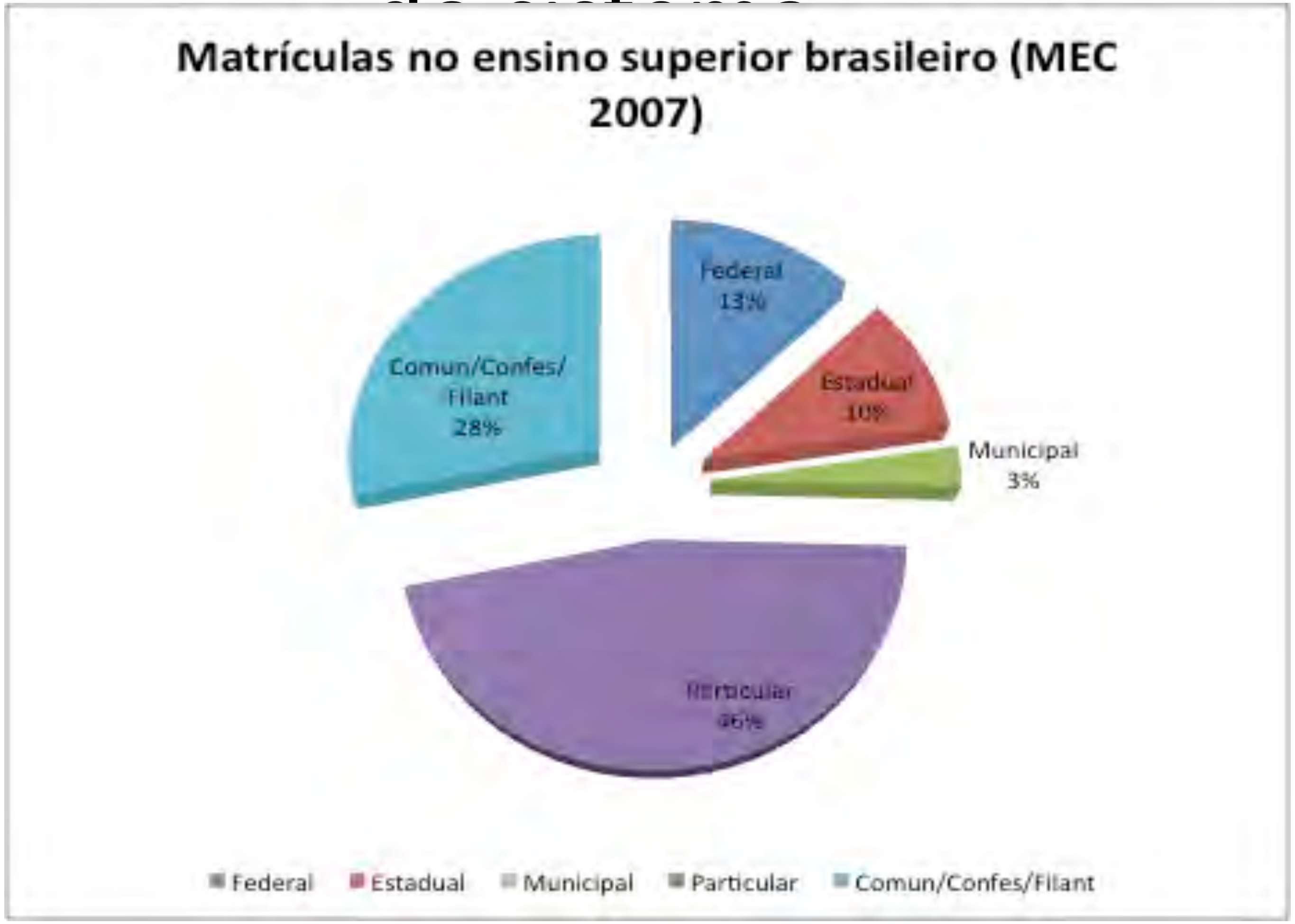
Simon Schwartzman

Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
1 de abril de 2009
Versão 2

# Pontos principais

- A legislação proposta só beneficia um número pequeno de pessoas, prejudicando outras, e não altera o quadro de desigualdade social no ensino superior.
- Na medida em que o ensino superior se amplia, a inclusão por renda, cor escola de origem vem crescendo, sem precisar de políticas de cotas para isto.
- Para haver uma política de inclusão efetiva, ela deveria se basear em critério de renda, que é socialmente o mais justo, e não de raça ou de escola do ensino médio, que discriminam contra brancos pobres e famílias pobres que investiram na educação média particular.
- Forçar a inclusão, sem saber se o estudante vai concluir o curso, é uma política populista e demagógica. Uma política adequada de inclusão deveria garantir que os estudantes terminem seus cursos, e dar recursos de manutenção  a quem necessite.
- Ao forçar a inclusão de estudantes sem qualificação prévia, a lei  pode criar grandes problemas para os cursos superiores públicos de melhor qualidade
- Comparado com o projeto de cotas, o PROUNI é um sistema muito mais adequado e efetivo de inclusão, por incluir critérios de renda, desempenho e qualidade das instituições.
- O foco  quase exclusivo da atenção sobre política de cotas desvia a atenção sobre os problemas reais da educação brasileira.

# O Setor público é uma fração pequena do sistema

- 

# No ensino superior público, 30% dos estudantes vieram de escolas públicas

- 

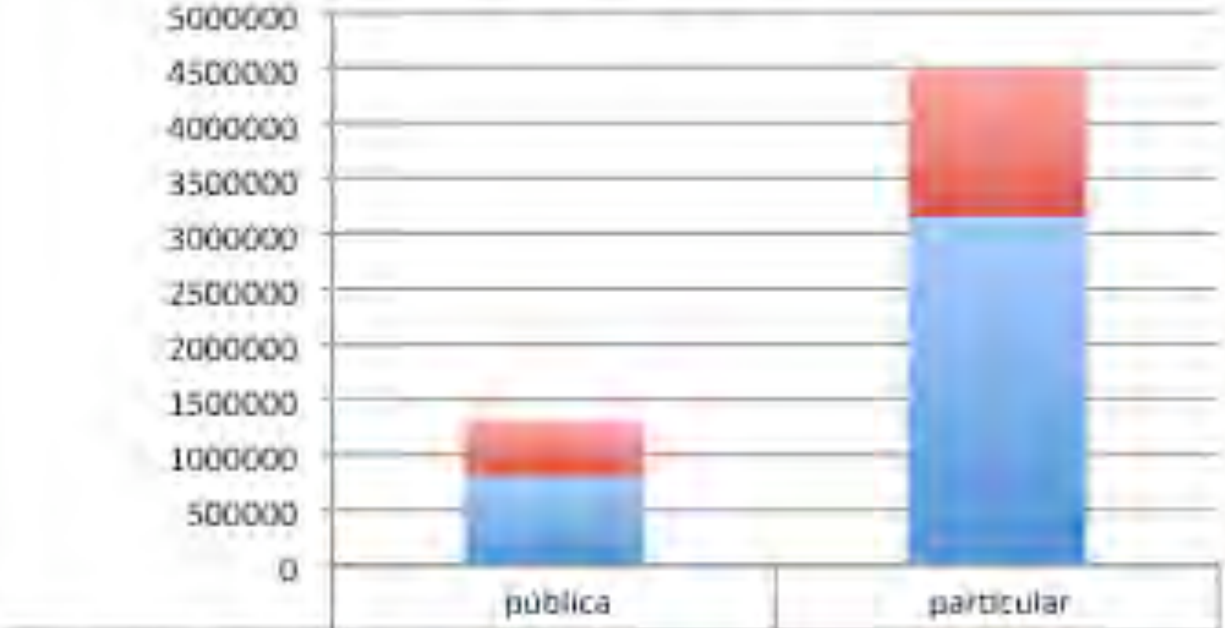

| | pública | particular |
|---|---|---|
| médio em escola pública | 525,056 | 1,805,082 |
| médio em escola particular | 785,878 | 2,678,111 |

# No ensino superior público, 35% dos estudantes têm renda familiar até 1.5 salários mínimos




| | público | particular |
|---|---|---|
| mais de 1.5 SM | 812,974 | 3,200,115 |
| até 1.5 SM | 439,287 | 1,069,422 |

# No ensino superior público, 38% dos estudantes são de cor preta, parda ou indígena




| | pública | particular |
|---|---|---|
| preto-pardo indígena | 504862 | 1331114 |
| branco,oriental | 806072 | 3152079 |

# Evolução do acesso, por cor: as diferenças já desapareceram até o ensino médio, mas ainda persistem no ensino superior




| | População do país | fundamental | médio | superior | pos-graduacao |
|---|---|---|---|---|---|
| parda | 42.3% | 50.2% | 43.6% | 26.2% | 14.4% |
| preta | 7.4% | 6.5% | 7.0% | 5.3% | 4.8% |
| branca | 49.4% | 42.7% | 48.7% | 67.3% | 78.8% |

# Na medida em que o ensino superior aumenta de tamanho, a desigualdade de cor se reduz




| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| preto e pardo | 31.4 | 34 | 34 | 35.4 | 36.7 | 35.3 | 38.2 |

# Raça ou cor não é o principal fator de desigualdade no ensino superior público

- 30% dos alunos vêm de escolas públicas
- 35% vêm de famílias de até 1.5 salários mínimo
- 38% são de cor preta, parda ou indígenas

# As diferentes versões do projeto de lei

- As cotas são só para o sistema federal, ou inclui também o ensino público:
- O texto permite duas interpretações:
  - Versão radical: a cota de 50% deve ser distribuída exclusivamente entre negros, pardos e indígenas de baixa renda, na proporção dos dados do IBGE, excluindo portanto os brancos
  - Versão moderada: a cota inclui também brancos de escola pública e baixa renda.

# Estimativas de perdas e ganhos da lei de cotas no sistema federal

| Estimativas de inclusão para o setor público como um todo | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **atual do setor público** | **% atual** | **% cotas sem brancos** | **% cotas com brancos** |
| brancos, renda alta, particular | 442,681 | 34% | 20% | 25% |
| brancos, renda alta, pública | 64,648 | 5% | 3% | 4% |
| brancos, renda baixa, particular | 103,621 | 8% | 5% | 6% |
| brancos, renda baixa, pública | 195,122 | 15% | 9% | 25% |
| nao brancos, renda alta, particular | 162,532 | 12% | 7% | 9% |
| nao brancos, renda alta, pública | 47,342 | 4% | 2% | 3% |
| não brancos, renda baixa, particular | 77,044 | 6% | 4% | 4% |
| não brancos, renda baixa, pública | 217,944 | 17% | 50% | 25% |
| **Total** | 1,310,934 | 100% | 100% | 100% |
| | | | | |
| | **hoje** | **com cotas** | **acréscimo** | |
| **% a serem incluidos sem brancos** | 17% | 50% | 437,523 | |
| **% a serem incluidos com brancos** | 32% | 50% | 242,401 | |

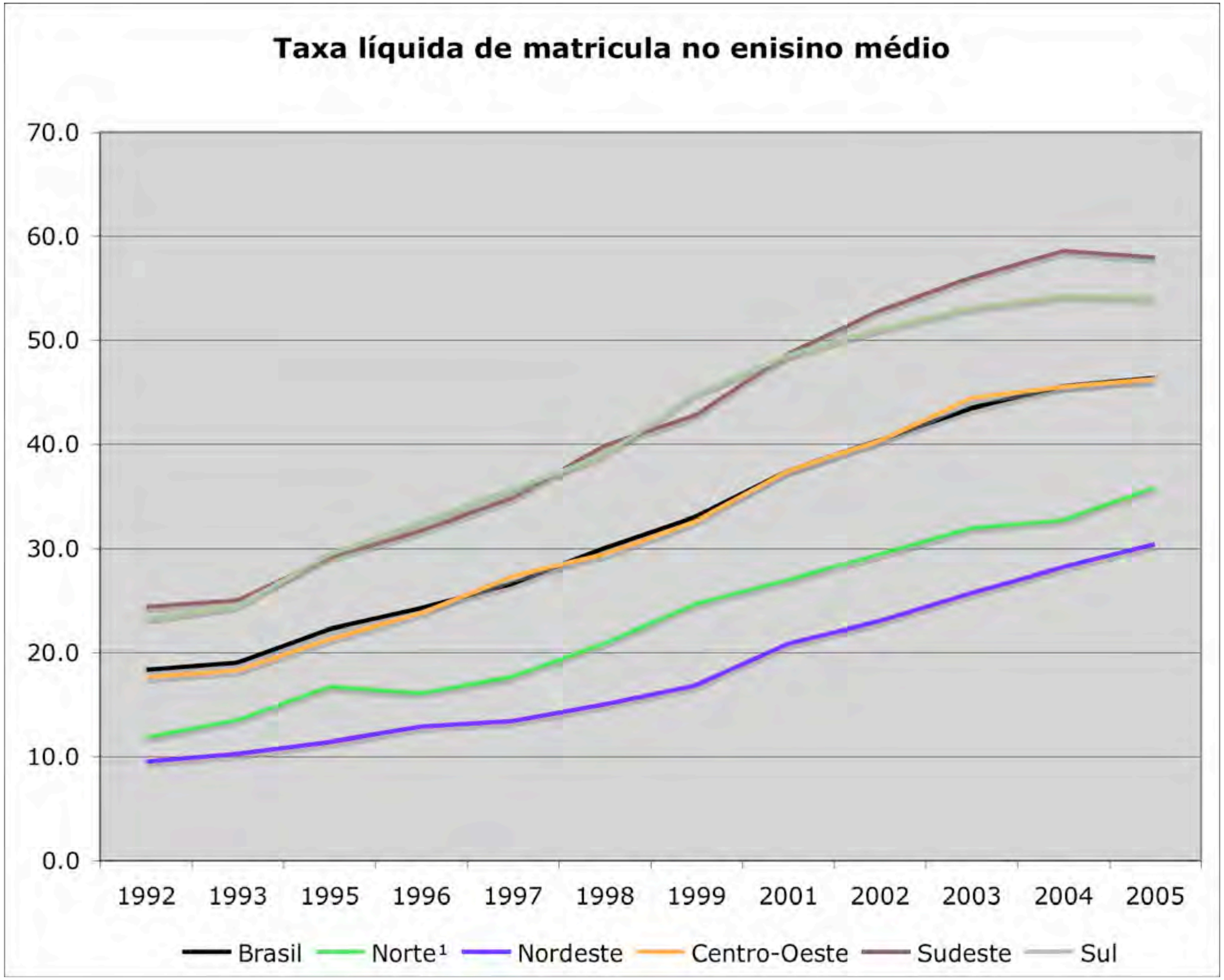
# Impacto quantitativo da lei de cotas no sistema público (federal + estadual)

- Se o projeto excluir das cotas estudantes brancos de baixa renda e provenientes de escola pública, a percentagem de não brancos, de baixa renda e provenientes de escolas públicas passaria dos 17% atuais para 50%, um aumento de 33%, ou 437 mil para um total de 1.310 mil estudantes do setor público.
- Se o projeto não discriminar por raça, a percentagem de estudantes de baixa renda e provenientes de escolas públicas passaria dos 32% atuais para 50%, um aumento de 18%, ou 242 mil para um total de 1.310 mil estudantes do setor público.

# Conclusões sobre exclusão

- O principal estrangulamento ao acesso é o ensino médio, que está diminuindo seu crescimento, ainda longe de atingir a universalização
- Com a ampliação recente do ensino superior, o acesso de pessoas de baixa renda e de não-brancos tem aumentado, sobretudo no setor privado
- O número de vagas no ensino superior já é maior, hoje, do que o número de pessoas concluindo o ensino médio

# O Ensino médio parou de crescer, e a qualidade é muito ruim



# Tradição brasileira de inclusão/exclusão no ensino superior

- Alta seletividade nas carreiras mais disputadas
- Expansão nos segmentos de baixo prestígio, tanto no setor público como no privado
- Altas taxas de exclusão por abandono

# Os verdadeiros desafios da expansão e inclusão

- Ampliar o acesso sem descuidar da qualidade
- Abrir espaço para públicos diferentes (jovens, adultos, diferentes tipos de formação)
- Abrir espaço para diferentes provedores: públicos, privados, lucrativos ou não, presenciais e à distância
- Diferentes tipos de formação: curta e longa, especializada ou geral
- Ampliar a oferta de educação ao longo da vida

# Alternativas corretas para políticas de inclusão

- O fundamental é a igualdade de oportunidades, e ela depende da qualidade da educação básica e média, assim como da educação pré-escolar
- Políticas compensatórias, quando isoladas, têm resultados duvidosos, e podem comprometer objetivos centrais da educação superior, de formação e qualificação de alto nível
- O ensino superior precisa ser diferenciado, com espaços e alternativas para diferentes públicos com diferentes tipos de formação, interesse e motivação.

# Políticas adequadas de inclusão

- As instituições públicas e privadas devem ser estimuladas a incorporar e completar a formação de pessoas carentes, e serem recompensadas pelos resultados
- Os critérios de apoio aos estudantes devem ser a combinação de carência econômica e potencial, e se qualidade e características dos cursos a serem seguidos são adequados

# Cotas vs PROUNI

| Comparação entre PROUNI e Lei de Cotas | | |
|---|---|---|
| | **PROUNI (setor privado)** | **Cotas (sistema federal)** |
| Total de alunos incluidos por ano | 160 mil | 170 a 200 mil |
| Total de alunos deslocados (brancos e/ou de renda alta) | | 50 a 70 mil |
| Custo por aluno por ano | 2,050.00 | 26,000.00 |
| Carreiras prioritárias | licenciatura (Quimica, Fisica , matemática e Biologia), tecnologos,engenharias,medicina e geologia. | não tem |
| Critério de seleção do curso | Pelo menos 3 no ENADE | não tem |
| Critériio de renda | até 3 salários mínimos, ou ser professor da rede pública | até 1.5 salário mínimo |
| Critério de desmpenho do aluno | 45 pontos no ENEM | não tem |
| curso prévio | em escola pública ou privada com bolsa completa | em escola pública |
| Suposições | | |
| 1 - que a distribuição de renda e cor no sistema federal seja igual ao do sistema público | | |
| 2 - Que o tamanho do sistema federal se mantenha constante | | |

# Prioridades de políticas públicas para educação superior

- Garantir e ampliar o segmento de alta qualidade do ensino superior público e particular, com incentivos adequados e sem forçar a inclusão
- Avançar na diferenciação, desenvolvendo programas adequados – tecnológicos, de formação geral, de curta duração - para os diferentes públicos que hoje buscam o ensino superior, sem impor a todos o "modelo único" da universidade de pesquisa
- Fazer com que as instituições públicas assumam a responsabilidade pelo bom uso dos recursos públicos que recebem
- Inclusão na entrada e na saída: estimular e apoiar as instituições – públicas ou particulares - que desenvolvam atividades de inclusão criem currículos e programas adequados para estudantes de baixa formação prévia.
- Apoiar os estudantes carentes com bolsas, créditos educativos e programas especiais de recuperação e capacitação, para que possam entrar no ensino superior em igualdade de condições. Cobrar o ensino público de estudantes que podem pagar.